



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO
FEDERAL
Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água

Manifestação

Trata-se do Ofício nº 10370/2020- GP (documento SEI 50787492) encaminhado à Casa Civil do Distrito Federal para comunicar da Decisão nº 4811/2020 do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF (documento SEI 50964231) quanto à auditoria operacional realizada no Instituto Brasília Ambiental, para verificar a gestão das Unidades de Conservação - UCs, no que concerne aos aspectos de implementação, de fiscalização e de proteção do patrimônio do Instituto.

Aos quais destaca-se os seguintes trechos:

“

(...)

II. considerar satisfatoriamente atendido o item III da Decisão n.º 3.466/2019

III. determinar à Caci/DF:

a) ... que continue a adotar as medidas necessárias para que haja a definição formal da localização, da dimensão e dos limites das Unidades de Conservação Ambiental - UCs, ... e a regularização fundiária dessas unidades, para posterior transferência da titularidade das áreas das UCs regularizadas ao Governo do Distrito Federal, devendo o Tribunal ser informado quanto às providências tomadas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

(...)

O referido Ofício encaminha ainda a Informação Técnica nº 66/2020 - SEGEM/DIGEM2 da Secretaria de Fiscalização e Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade do TCDF, datada de 04 de agosto de 2020, a qual apresenta histórico das decisões e respostas encaminhadas à corte pela Casa Civil e Brasília Ambiental.

A IT conclui com a recomendação de que seja dada continuidade à implementação das atividades de que trata o item III da Decisão nº 3466/2019 quais sejam, a definição formal da localização, da dimensão e dos limites das Unidades de Conservação Ambiental - UCs, nos termos do art. 22, § 2º, da Lei Federal nº 9.985/2000 e do art. 2º do Decreto Federal nº 4.340/2002, e a regularização fundiária dessas unidades, nos termos do § 1º dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei Federal nº 9.985/2000 e 11, 13, 17 e 18 da Lei Complementar Distrital nº 827/2010, para posterior transferência da titularidade das áreas das UCs regularizadas ao Governo do Distrito Federal, devendo ser este Tribunal informado no prazo de 180 dias quanto às medidas adotadas.

Ressalta que foram citados documentos relativos ao Plano de Atividades de Fiscalização das Unidades de Conservação e ao planejamento de Prevenção e Combate a

Incêndios, ambos referentes ao ano de 2020, porém não houve apresentação desses instrumentos, embora tenha havido citação aos respectivos números SEI identificadores, assim solicitou-se às respectivas áreas responsáveis a atualização dos dados.

Quanto à atualização dos dados apresentados ao Tribunal em abril de 2020, em especial à Comissão Interdisciplinar, responsável por implantar as Unidades de Conservação do Distrito Federal CIUC/DF, informa-se que a referida Comissão não está mais ativa, pois foi verificada a necessidade de revisar a metodologia que vinha sendo empregada pela Comissão. Assim, os prazos que foram encaminhados anteriormente devem ser desconsiderados, pois estão desconectados da realidade atual do órgão. No entanto, cabe destacar que o Brasília Ambiental vem enveredando esforços para atender a decisão do Tribunal.

Infortunadamente, durante o ano de 2020, as atividades tiveram que ser adaptadas e adequadas às restrições impostas pelo Governo do Distrito Federal a fim de enfrentar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19. O trabalho foi executado na modalidade de *home office* e as atividades participativas, consultas públicas, oficinas e reuniões realizadas em ambiente *online*. Mesmo com as adversidades e as limitações no quadro funcional, os trabalhos obtiveram resultados significativos para o Brasília Ambiental em 2020. Ao longo dos próximos dois a três anos espera-se um apoio nas atividades com a contratação de serviços de consultoria especializada para auxílio aos servidores.

Considerando todos esses aspectos, o planejamento das atividades teve que ser atualizado, considerando o cenário real, no que concerne ao quadro funcional e aos recursos disponíveis. Cabe ressaltar que algumas ações ou a recondução do planejamento podem ser necessárias durante o processo. É fundamental, portanto, o constante monitoramento das atividades que estão sendo realizadas, valorizando os resultados alcançados e analisando as dificuldades encontradas. Esses pontos serão importantes para legitimar e propor melhorias para os próximos planos.

A seguir apresenta-se as atividades realizadas em 2020, e as planejadas para os anos de 2021 a 2023.

Criação de Unidades de Conservação

A criação de novas áreas protegidas, conforme o Sistema Distrital de Unidades de Conservação - SDUC, deve ser precedida de estudos técnicos e consulta pública. Os estudos técnicos são necessários, pois comprovam a necessidade de se estabelecer mecanismos de proteção, considerando principalmente os atributos ecológicos de cada local. A Consulta pública é uma das etapas da criação de uma UC, e possui o objetivo de colher informações e contribuições ao processo de criação. Nessa etapa a população poderá apresentar formalmente suas demandas, seja para inclusão ou exclusão de áreas, favorável ou contrária à criação da unidade.

Ressalta-se que, considerando as limitações orçamentárias e de pessoal para a implantação e gestão das UCs existentes, e considerando ainda a recomendação dos órgãos de controle, a equipe técnica do Brasília Ambiental tem se manifestado, de maneira geral, contrária à criação de novas UCs de domínio e responsabilidade do Governo do Distrito Federal.

Atualmente, o Brasília Ambiental está concentrando seus esforços na correção do fluxo de criação de algumas UCs do DF. Tal fato, deve-se àquelas UCs que tiveram seu dispositivo legal de criação declarado Inconstitucional, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN. Desta forma, surgiram demandas de “recriação” de Unidades anteriormente existentes, mas que tiveram revogados seus Decretos ou Leis de criação.

Ainda no tema de criação de Unidades de Conservação, em 2020 foi publicada a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 19 DE MAIO DE 2020 que regulamenta os procedimentos para a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF – Brasília Ambiental e implantação pelo proprietário do imóvel.

As atividades realizadas no tema Criação de UCs em 2020 foram:

Criação e recategorização das UCs localizadas na Unidade Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho

Criação do Refúgio de Vida Silvestre Cachoeirinha e Coqueirão

Criação do Refúgio de Vida Silvestre Taboquinha

Criação do Monumento Natural do Rio Descoberto

Criação do Parque Distrital Pedra dos Amigos

Recategorização de Unidades de Conservação

No ano de 2020, com o advento do Decreto nº 41.293 de 05 de outubro de 2020, os Parques de Uso Múltiplo foram categorizados como Parques Urbanos, transferindo sua gestão para as Administrações Regionais, conforme a Lei Complementar nº 961 de 26 de dezembro de 2019. O Parque Distrital das Copaíbas também foi recategorizado em 2020, pela Lei 6584 de 22 de maio de 2020, devido à sua riqueza de atributos ecológicos.

Tabela 01. Recategorizações realizadas em 2020.

UC	Norma	Situação
Parque Ecológico da Enseada Norte	Decreto nº 41.293 de 05 de outubro de 2020	Recategorizado
Parque Urbano dos Pássaros	Decreto nº 41.293, de 5 de outubro de 2020	Recategorizado
Parque Urbano Bosque dos Tribunais	Decreto nº 41.293, de 5 de outubro de 2020	Recategorizado
Parque Urbano Bosque dos Constituintes	Decreto nº 41.293, de 5 de outubro de 2020	Recategorizado
Parque Urbano Bosque dos Eucaliptos	Decreto nº 41.293 de 5 de outubro de 2020	Recategorizado
Parque Urbano do Setor O	Decreto nº 41.293 de 5 de outubro de 2020	Recategorizado
Parque Distrital das Copaíbas	Lei nº 6584 de 22 de maio de 2020	Recategorizado

Parque Urbano do Núcleo Bandeirante	Decreto nº 41.293 de 5 de outubro de 2020	Recategorizado
-------------------------------------	---	----------------

Tabela 02. Atividades programadas para 2021/2023

Nº	Unidade de Conservação	Status	Previsão de Término
1	Parque Canela de Ema	Estudo criação e recategorização das UCs localizadas na UH Ribeirão Sobradinho - GETAF	2022
2	Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho	Estudo criação e recategorização das UCs localizadas na UH Ribeirão Sobradinho - GETAF	2022
3	RVS Cachoeirinha e Coqueirão	Etapa de consolidação das informações da consulta pública	2021
4	MONA Descoberto	Projeto de Lei encaminhado	a depender da CLDF
5	ARIE Bananal	Aguarda consulta pública	2022
6	UCs Taboquinha	Aguarda segunda consulta	2022
7	ARIE Centro Olímpico	Atividade neutralizada	---
8	RVS das Magnólias (Córrego Manoel Francisco)	Atividade neutralizada	---
11	RVS do Rasgado	Atividade neutralizada	---
12	MONA do Mirante Norte	Interface com UC Pedra dos amigos, GT criado.	2021/2022
13	Parque do Mirante do Lago	Interface com UC Pedra dos amigos, GT criado.	2021/2022
14	MONA da Encosta	Interface com UC Pedra dos amigos, GT criado.	2021/2022
15	ARIE Jerivá	Interface com UC Pedra dos amigos, GT criado.	2021/2022
16	ARIE Urubu	Interface com UC Pedra dos amigos, GT criado.	2021/2022
17	ARIE Tamanduá	Interface com UC Pedra dos amigos, GT criado.	2021/2022
18	RVS Taquari	Interface com UC Pedra dos amigos, GT criado.	2021/2022
19	UCs Vale do Monjolo	Parque Distrital Córrego Monjolo - aguarda finalização do processo de consulta pública	2021
20	Corredor Ecológico Norte	Atividade neutralizada - aguarda reunião SEMA	---

Regularização Fundiária

Em janeiro de 2021, foi criada a Gerência de Implantação de Unidades de Conservação e Regularização Fundiária pelo Decreto nº 41.687, de 04 de janeiro de 2021, com objetivo de atuar na regularização fundiária das UCs do DF. No entanto, a mesma encontra-se com limitação em sua atuação, tendo em vista que conta atualmente com apenas um servidor em seu quadro, que exerce o cargo de Gerente.

Poligonal definida em 2020

Parque Ecológico Areal ([Decreto nº 41.035, de 27 de julho de 2020.](#))

Atividades programadas para 2021/2023

Tabela 03. Definição de poligonais previstas para 2021-2023

UC	Situação	Previsão
Definição da poligonal do Parque Ecológico Sucupira	Fechamento do relatório da consulta pública e encaminhamento para publicação.	2021
Definição da poligonal Parque Ambiental Colégio Agrícola de Brasília	Trâmite finalizado no IBRAM Aguarda trâmite na SEMA e CLDF	2021
Definição da poligonal do Parque Ecológico Península Sul	Retomada da consulta pública virtual, fechamento do relatório da consulta pública e encaminhamento para publicação.	2021
Definição da poligonal do Parque Ecológico do Anfiteatro Natural do Lago Sul		
Definição da poligonal do Parque Distrital Pirá Brasília (José Buitoni)	Fechamento do relatório da consulta pública e encaminhamento para publicação.	2021
Definição de poligonal da ARIE do córrego Riacho Fundo		
Definição de poligonal do Parque Urbano Recanto das Emas (apoio à SEDUH e Adm Regional do Recanto) e criação do Parque Distrital Córrego Monjolo	A partir da oitiva e contribuições, desdobrou-se a proposta inicial em duas propostas distintas de áreas: Parque Urbano Recanto das Emas e Parque Distrital Córrego Monjolo. Aguardando manifestação da SEDUH sobre a poligonal da indicação de Parque Urbano, que é adjacente à mancha urbana e terminal rodoviário.	2021
Definição da poligonal da Rebio do Guará (ampliação)	Aguardando memorial descritivo a ser entregue pela Secretaria de Obras do GDF (licenciamento da rota de fuga)	
Definição da poligonal do Parque Ecológico Santa Maria	Recepção das contribuições dos representantes do quinhão 23	2021/2022
Definição de poligonal do Parque Ecológico Vila Varjão e Taquari	Fomentando a proposta de poligonal para apresentar na consulta pública	2022
Definição de poligonal e recategorização do RVS Ponte Alta do Gama	Fomentando a proposta de poligonal para apresentar na consulta pública	2022
Definição de poligonal RVS Gatuné	Aguardando equipe GREF	Neutralizado
ARIE Bananal	Aguardando equipe GREF	Neutralizado
Parque Ecológico Ezequias Heringer	Aguardando equipe GREF	Neutralizado
Parque Ecológico do Lago Norte	Aguardando equipe GREF	Neutralizado
RVS Garça Branca	Aguardando equipe GREF	Neutralizado
RVS Canjerana	Aguardando equipe GREF	Neutralizado

Planos de manejo

Cabe ressaltar que na temática dos planos de manejo das Unidades de Conservação, estava previsto no plano de ação encaminhado ao TCDF em abril de 2020, a elaboração do roteiro Metodológico para elaboração de Planos de Manejo pela CIUC/DF. A previsão de publicação do roteiro era dezembro de 2020.

Em fevereiro de 2020, foi publicada a Instrução Normativa nº 03 de 11 de fevereiro de 2020, o qual aprovava o roteiro metodológico elaborado pela Comissão Interdisciplinar das Unidades de Conservação do Distrito Federal. No entanto, o roteiro publicado estava simplificado a ponto de desconsiderar algumas práticas comumente adotadas na elaboração dos planos de manejo e roteiros metodológicos dos demais órgãos componentes do SISNAMA. Assim, a proposta de simplificação do roteiro não atendia todas as Unidades de Conservação do DF, onde aquelas com maior sensibilidade ambiental e atributos ecológicos relevantes não se enquadravam. Dada a situação de ineficiência do referido roteiro, foi necessária a revogação do mesmo e a proposição de uma nova normativa.

Assim, em novembro de 2020, tivemos a Publicação da Instrução Normativa nº 36/2020 que estabelece procedimentos para a elaboração e revisão dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação administradas pelo Instituto Brasília Ambiental e revoga o roteiro anterior (DODF nº 224 de 27 de novembro de 2020). Desta forma, o Brasília Ambiental se encontra em sinergia com os demais órgãos do SISNAMA no que se refere a flexibilização dos roteiros de acordo com as características de cada UC.

Em 2020, foram aprovados e publicados os planos de manejo de duas Unidades de Conservação e em meados de 2021, foram publicados e aprovados seis planos de manejo, conforme a Tabela 02.

Tabela 04. Planos de manejo publicados em 2020 e até março de 2021.

Unidade de Conservação	Publicação
Parque Ecológico Santa Maria	Instrução nº 6 de 18 de março de 2020
MONA Conjunto Espeleológico do Morro da Pedreira	Instrução Normativa 16 de 26/05/2020
Parque Ecológico Três meninas	Instrução Normativa nº 04 de 22/01/2021
Parque Ecológico Saburo Onoyama	Instrução Normativa nº 05 de 22/01/2021
Parque Distrital Boca da Mata	Instrução Normativa nº 06 de 22/01/2021
Parque Ecológico do Cortado	Instrução Normativa nº 05 de 22/01/2021
ARIE JK	Instrução Normativa nº 03 de 22/01/2021
Parque Ecológico Burle Marx	Instrução Normativa nº 02 de 22/01/2021

Tabela 05. Atividades planejadas para 2021/2023 - Planos de Manejo

Nº	Unidade de Conservação	Status	Previsão de término
1	ARIE Bananal	Falta publicação e atualização (TTN)	a depender da criação
2	Parque Distrital Salto do Tororó	Diagnóstico ambiental	2021
3	RVS Mata Seca	Fase final de conferência de memoriais descritivos	2021
4	RVS Gatumé	GT criado, aproveitando os dados do plano de manejo da ARIE JK	2021
05	Parque Ecológico Tororó	Diagnóstico ambiental	2021
06	Parque Ecológico Olhos d'água	Falta OPP, zoneamento e programas	2021
07	Parque Ecológico Areal	Falta OPP, zoneamento e programas	2021
08	Parque São Sebastião	Diagnóstico ambiental	2021
09	Parque Sucupira (Planaltina)	Neutralizado até a retomada das atividades da UnB	2022
10	Parque Sementes de Itapoã*	Aguarda o estudo de criação /recategorização das UCs da UH ribeirão sobradinho	2023
11	Parque Ecológico Jequitibás	Aguarda o estudo de criação /recategorização das UCs da UH ribeirão sobradinho	2023
12	RVS Canela de Ema	Aguarda o estudo de criação /recategorização das UCs da UH ribeirão sobradinho	2023
13	Parque Viva Sobradinho	Aguarda o estudo de criação /recategorização das UCs da UH ribeirão sobradinho	2023
14	Parque Ecológico de Sobradinho	Aguarda o estudo de criação /recategorização das UCs da UH ribeirão sobradinho	2023
15	Parque Sobradinho II	Aguarda o estudo de criação /recategorização das UCs da UH ribeirão sobradinho	2023
16	MONA Descoberto	A iniciar - aguarda criação (na CLDF)	2021

17	UCs Cachoeirinha	A iniciar - aguarda criação	2021
18	FLODI Pinheiros	A iniciar - aguarda contratação de equipe consultoria e junção com parte do cachoeirinha.	2022
19	Parque Península Sul e Anfiteatro Natural do Lago Sul	Aguarda definição de poligonal	2021/2022
20	Parque Ecológico Riacho Fundo	Neutralizado	---
21	Parque Ecológico Ezechias Heringer (revisão)	Neutralizado	---
22	Parque Recreativo do Gama (Prainha)	Neutralizado	---
23	Parque Ecológico Sucupiras	Aguarda elaboração do TR	2022
24	ARIE Mato Grande	TR encaminhado para contratação - CODHAB	2023
25	Parque Distrital Colégio Agrícola	Diagnóstico ambiental (livro IFB)	2022

Cadastros e Ferramentas de Gestão

Em 2020 foi realizada a atualização do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC/MMA com dados dos planos de manejo e algumas das UCs recategorizadas.

O Cadastro Distrital de Unidades de Conservação foi incluído no PDTI e PDGEo e institucionalizado Grupo de Trabalho para a execução e acompanhamento das atividades administrativas necessárias à sua efetivação.

Os servidores do Brasília Ambiental realizaram o curso de aplicação do SAMGe - Sistema de análise e monitoramento de Gestão (ICMBIO) e realizaram o preenchimento dos dados de gestão das UCs Distritais cadastradas no CNUC no ciclo de 2020. Foi institucionalizado um Grupo de Trabalho responsável pelo preenchimento, aplicação e multiplicação do conhecimento da ferramenta no Brasília Ambiental.

Contratação de consultores

Em 2020, foi dado início às tratativas para contratação de consultores no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Fundação Banco do Brasil, com recursos provenientes de compensação florestal. Com o objetivo de auxiliar à equipe técnica do Brasília Ambiental nas demandas de regularização fundiária e planos de manejo.

Plano de Atividades de Fiscalização das Unidades de Conservação referente ao ano de 2020 e 2021

Encaminham-se os documentos:

Despacho - IBRAM/PRESI/SUFAM (59084409)

Manifestação 57278198 (59084971)

Relatório de Auditoria e Fiscalização nº 272/2020 - DIFIS II (59085180)

Manifestação 9248 (59085300)

Manifestação 45417366 PROJU (59085739)

Relatório - Fiscalização DECRETO Nº 41.849 e N.º 41.874/2021 (59085907)

Planejamento de Prevenção e Combate a Incêndios referente ao ano de 2020 e 2021

Encaminham-se os documentos:

Relatório Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais 2020 (59086104)

Plano de Trabalho 2021 - IBRAM/PRESI/SUCON/DPCIF (59086290)

Tendo-se elencado as informações solicitadas, sugere-se encaminhamento das informações contidas nesse documento e os documentos supracitados à Casa Civil.

Informa-se que documento de igual teor será produzido para envio ao Tribunal de Contas do Distrito Federal por meio do processo nº 00600-00008693/2020-62.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA LEPSCH KENUPP AMARIO - Matr.00197517-X, Diretor(a) de Implantação de Unidades de Conservação**, em 31/03/2021, às 16:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA ALBUQUERQUE MARMO DE OLIVEIRA - Matr.0195358-3, Assessor(a) Especial**, em 31/03/2021, às 17:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **58170432** código CRC= **19935CE2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SEPN 511, BLOCO C - Bairro Asa Norte - CEP 70750-543 - DF